

ESTA VOTAÇÃO NÃO É SÉRIA

RICARDO A. SETTI

A Arena vai "vencer" hoje na Comissão de Justiça da Câmara. Vai conseguir a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Para tanto, o líder Geraldo Freire substituiu, ontem, nada menos que, oito titulares e um suplente da Comissão, diante da certeza de que o governo seria derrotado, numa atitude sem precedentes no Congresso.

O "placard" será de dezolto votos contra treze, a menos que haja uma improvável ou quase impossível surpresa. Todos os substitutos ontem indicados deverão votar a favor da licença.

As gestões do ministro Gama e Silva tiveram, pois, resultado: a Comissão não somente não vai adiar a decisão para janeiro, como vai votar com o governo. E tem mais: ficou decidido ontem, ainda, que ou o plenário da Câmara vota a licença até sábado, ou o governo convoca o Congresso em dezembro.

O esquema de pressões conseguiu êxito completo: a Arena e sua liderança cederam em todos os pontos, levando de roldão a atitude tomada na véspera pelo deputado Djalma Marinho e todas as posições de políticos respeitáveis do partido, contrárias a uma decisão a toque de caixa.

A decisão do líder Geraldo Freire chocou a Câmara, provocando repulsa entre os deputados. O líder tentou explicar à imprensa, dizendo que "a ninguém isto dói mais que a mim" e que diversas substituições foram feitas de comum acordo com os substituídos. O fato, contudo, é que alguns deputados, como José Carlos Guerra, foram rigorosamente postos para fora, submetidos a uma humilhação insólita na vida parlamentar.

A repercussão não tardou: os deputados Marcos Kertzman e Rafael de Almeida Magalhães fazem correr, desde ontem, uma lista de adesões para a renúncia coletiva dos arenistas membros de comissões técnicas. O deputado Djalma Marinho deverá renunciar amanhã à presidência da Comissão de Justiça, tendo afirmado ontem que "agora o Rui Santos tem a Comissão dos seus sonhos." O deputado Israel Dias Novaes disse que os substitutos foram escolhidos entre "os paus para toda a obra". O deputado Yukishigue Tamura queria sair da Arena. O Mdb vai lançar hoje um manifesto. O deputado José Carlos Guerra distribuiu nota à imprensa, classificando sua substituição de "evidente violência" e afirmando que "nada alterará minha posição, que não é fruto da

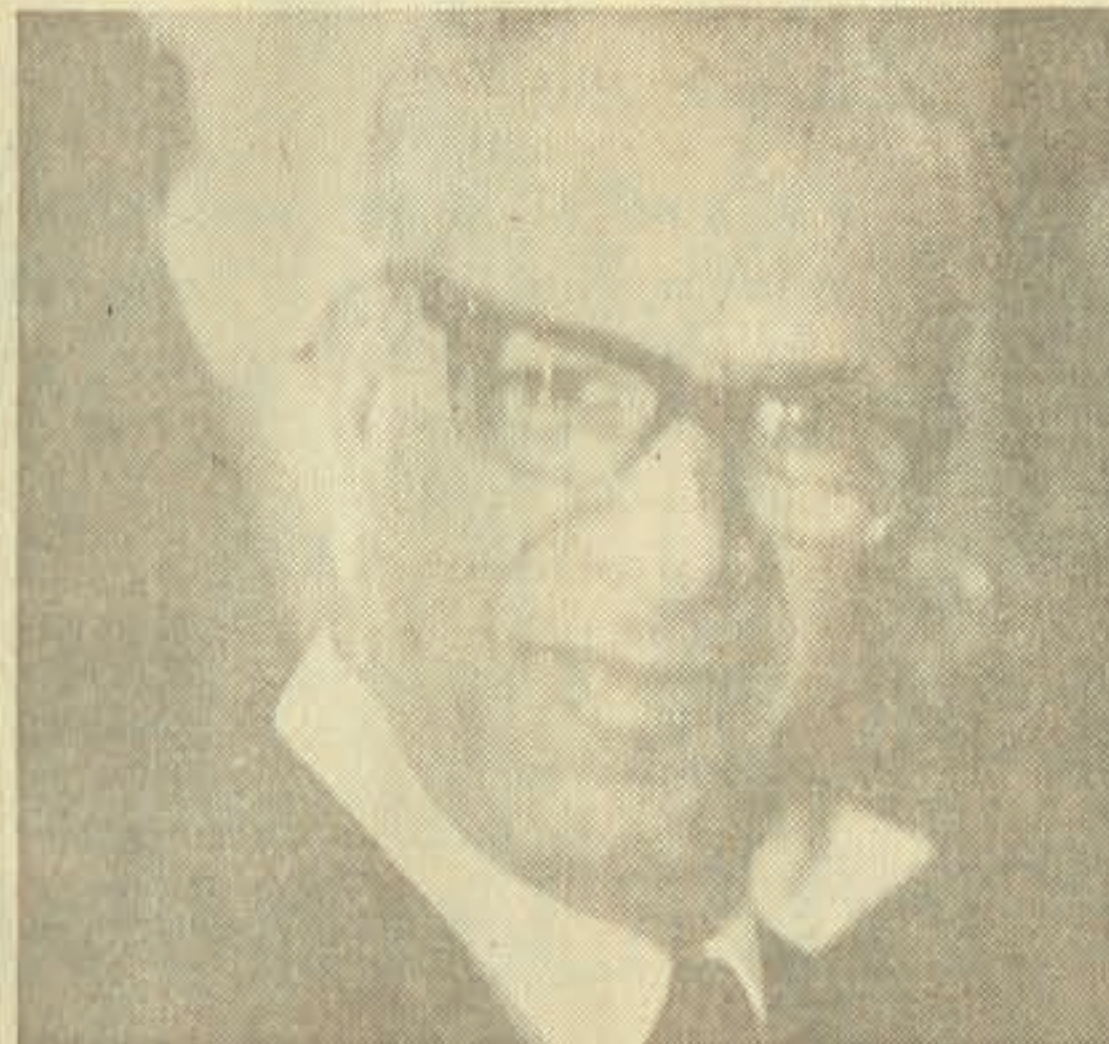


RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES
Quer os arenistas renunciando às Comissões

passionalidade mas de profunda convicção democrática" e que "a história de vários povos registra, para vergonha deles, atitudes semelhantes".

A Comissão de Justiça, teoricamente, deve congrega os melhores juristas dos dois partidos. Contudo, os deputados que saíram — Montenegro Duarte, Murilo Badaró, Francelino Pereira, Luís Ataíde, Geraldo Guedes, Raimundo Diniz, Vicente Augusto, Yukishigue Tamura e o suplente da Comissão, José Carlos Guerra — foram substituídos pelos deputados Grimaldi Ribeiro, Nasser Almeida, José Lindoso, Carlos Quintela, Arnaldo Cerdeira, Norberto Schmidt, Amaral de Souza e Broca Filho. A maioria, de pouca ou nenhuma expressão como políticos ou juristas.

Grimaldi Ribeiro, do Rio Grande do Norte, é membro da Comissão de Relações Exteriores, tendo comparecido,



ARNALDO CERDEIRA
É da turma do "pau para toda obra"

este ano, a 6 das 23 reuniões do órgão. Nasser Almeida, do Acre, é membro da Comissão de Fiscalização Financeira, onde relatou apenas um projeto durante este ano. Notabilizou-se por ter feito um discurso no plenário, reclamando contra o rigor da alfandega de Brasília, que examinou sua bagagem. José Lindoso, do Amazonas, é membro da Comissão de Serviço Público, tendo comparecido a 10 das 21 reuniões que o órgão realizou. Votou a favor do projeto dos municípios incluídos na área de Segurança Nacional, durante a transição na Comissão Mista do Congresso. Carlos Quintela, suplente de deputado, em exercício, pelo Estado do Rio, compareceu a apenas duas das reuniões da Comissão de Finanças, desde que está em exercício. Arnaldo Cerdeira dispensa apresentações. Como curiosidade, deve-se dizer que é membro suplente da Comissão de Agricultura, não tendo comparecido a uma ses-

são sequer, neste ano. Norberto Schmidt, do Rio Grande do Sul, é considerado "linha dura" da Arena. Comparece regularmente às reuniões das comissões de que é membro. Amaral de Souza, também gaúcho, é membro efetivo da Comissão de Segurança Nacional. O único projeto que relatou, dando parecer favorável, foi o que aprovava o decreto-lei que ampliou a competência do Conselho de Segurança Nacional. Finalmente, Broca Filho, de São Paulo, é o presidente da Comissão de Segurança Nacional e, naquele órgão, deu o "voto de Minerva" contra o projeto de anistia a estudantes e trabalhadores.

O vice-líder Haroldo Leon Perez tentava explicar ontem, em conversa com jornalistas, o porquê das substituições. Entendia que se o governo não ganhar na Comissão de Justiça, o presidente da República não terá condições de exercer, na plenitude, sua autoridade. Reconhece que a Câmara se enfraquece com o episódio, mas acha isso preferível a adiar a decisão para janeiro, permanecendo o impasse durante mais um mês. Leon Perez não acredita que o regime suportasse tanto.

Em outros setores da Arena, persiste a impressão de que novas crises surgirão, com o envio de novos pedidos de cassação de deputados. Por isso, está-se tentando junto ao presidente José Bonifácio a colocação urgente na ordem do dia do projeto que estabelece uma espécie de código de disciplina aos deputados, de autoria do deputado Dnar Mendes. Isso daria à própria Câmara, instrumentos políticos para evitar a repetição de episódios como o atual.

O problema da convocação do Congresso, por outro lado, agora não é tão urgente: ganhando hoje o governo na Comissão, a decisão do plenário poderá aguardar até janeiro, sem problemas. Mesmo assim, é possível que o líder Geraldo Freire tente votar a matéria até sábado. Todavia, qualquer manobra de obstrução do Mdb vai impossibilitar uma votação antes do encerramento dos trabalhos legislativos.

A farsa da Comissão de Justiça está marcada para as 15 horas. A liderança da Arena deverá levá-la até o fim, pois é imprescindível uma decisão formal que conclua pela constitucionalidade do processo contra Márcio Moreira Alves. O jogo de cartas marcadas não despertaria maior interesse, não fosse a expectativa pelo pronunciamento que o deputado Djalma Marinho, depois de votar e de renunciar, deverá fazer. Será uma vitória triste da Arena, uma vitória humilhante para a chamada classe política.